

EDITORIAL

RACISMO E SOCIEDADE

RACISM AND SOCIETY

RACISMO Y SOCIEDAD

Carlos Moore¹
Sílvia Lúcia Ferreira²

O filme “Que mal eu fiz a Deus?”, de Philippe de Chauveron, será aqui tomado como ilustrativo para iniciar a discussão sobre o tema racismo na sociedade. No filme, um casal conservador não fica muito feliz quando três de suas filhas casaram-se com homens de diferentes nacionalidades e religiões. Quando a quarta anuncia o seu casamento com um católico, o casal fica muito feliz e convida toda a família para comemorar, mas descobre que o pretendente era negro. As diferentes nacionalidades e religiões aliadas à carga de preconceito que delas decorre equivalem-se nesse momento, igualam-se, porque surgiu algo mais forte e diferenciado, o racismo.

Longe de desaparecer, o racismo *reforça-se* cada vez mais em todos os países do mundo. Em todas as ocasiões em que se acreditava que estivesse derrotado (como após a Segunda Guerra Mundial) ou quando dava a impressão de recuar (após as grandes lutas pelos direitos civis nos Estados Unidos), ressurgia metamorfoseado e com mais força. Hoje em dia, atingiu tal grau de sofisticação que se nega a si mesmo e pretende não existir, embora presente nas diferentes manifestações sociais, como o futebol, e cercado de aparato jurídico para combatê-lo, tanto no plano individual como coletivo.

O racismo não é uma simples tecedura de preconceitos aberrantes, nem uma confabulação ideológica descartável, tampouco uma realidade oportunista surgida há pouco. Trata-se de uma *forma de consciência/estrutura de origem histórica*, que desempenha funções multiformes, totalmente benéficas para um grupo, que, por meio desta, constrói e mantém um poder hegemônico em relação ao restante da sociedade.

As práticas de racialização que destacam a branquidade como valor estético hegemônico causam enorme impacto sobre a subjetividade e o corpo, impedindo o desenvolvimento de autoimagens e identidades positivas, enquanto se confrontam com os valores dominantes.

Os grupos dominantes instrumentalizam o racismo institucionalmente e, por meio do imaginário social, organizam uma teia de práticas de exclusão que lhes garante um acesso monopólico aos recursos da sociedade. Desse modo, preservam e ampliam os privilégios sociais, o poder político e a supremacia total adquiridos historicamente e transferidos de geração a geração.

Neste mundo marcado pela diversidade, haveria uma linha divisória que permitisse que as diferentes espécies de *animais* (incluindo, naturalmente, os seres humanos) se reconhecessem e/ou se

¹ Doutor em Ciências Humanas e Doutor em Etnologia pela Université de Paris-7.

² Professora Doutora em Enfermagem, Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal da Bahia. Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo. Salvador, Bahia, Brasil.

diferenciassem discriminadamente entre si? A esse respeito, e referindo-se apenas aos animais humanos, Diop (1975 apud MOORE, 2007)³ fez observações de grande importância, identificando o *fenótipo* como o elemento *decisivo* na trama relacional dos seres humanos. Fenótipo é o grupo de caracteres visíveis, o que aparece: a cor da pele, do cabelo, o formato do nariz, dos olhos e dos lábios.

O racismo seria uma *ordem sistêmica* de grande profundidade histórica e de ampla cobertura geográfica que se teria desenvolvido, fundamentalmente, com o objetivo de garantir a separação automática de um determinado segmento humano do usufruto de seus próprios recursos. Em sua gênese, apresenta-se como uma forma de *consciência grupal historicamente constituída*, da qual proviriam depois construções ideológicas baseadas no “fenótipo/raça”. Sua função central, desde o início, seria regular os modos de acesso aos recursos da sociedade de forma *racionalmente seletiva*, de acordo com o referido “fenótipo/raça”.

Nesse contexto, as desigualdades sociais desdobram-se em iniquidades raciais que, por sua vez, reforçam as diferenças. E, em todos os casos, em se tratando da sociedade hierarquicamente racializada, é o fenótipo que regula esse *status* individual ou coletivo das pessoas. Até hoje, nenhuma sociedade multirracial escapou desse intrincado sistema de lógicas de dominação/subordinação racializado.

Em uma sociedade já multirracial e mestiçada, ele serviria para preservar o monopólio sobre os recursos do segmento fenotípico-racial dominante. Seria um sistema total que se articularia desde o início mediante três instâncias operativas entrelaçadas, porém distintas: as estruturas políticas, econômicas e jurídicas de comando da sociedade; o imaginário social total, que controla a ordem simbólica do agrupamento; e os códigos de comportamento que regem a vida interpessoal dos indivíduos que fazem parte dessa comunidade (MOORE, 2007).

Essa “lógica pré-racial” arraigada em “reflexos primários não pensados” teria se convertido paulatinamente em um arranjo sistêmico coerente e eficaz, destinado a cumprir um único objetivo: estruturar o conjunto das relações sociais, políticas e interpessoais entre grupos humanos fenotipicamente diferenciados, mas obrigados a conviver de forma assimétrica na mesma sociedade; a saber, em situações de iniquidade em todos os aspectos (MOORE, 2007).

Oriunda de uma cuidadosa síntese de uma série de indícios históricos, aliados a certas descobertas paleontológicas e genéticas recentes, a conclusão a que se chega é que o racismo constitui o arranjo estrutural e emocional mais complexo e destruidor que a humanidade criou contra si.

Sua eficácia operacional e sua grande perniciosidade derivam do fato de arraigar-se em múltiplas dimensões concatenadas entre si, como: as *crenças fantasmáticas* que dominam o imaginário social, as *preferências estéticas* que formam os critérios de atratividade e normatizam o acasalamento, os *preconceitos coletivos* que suscitam sentimentos de ódio ou de repulsa e as *práticas discriminatórias automáticas* que regem o comércio interpessoal na vida cotidiana (MOORE, 2007).

O racismo em sua forma institucional corresponde a diferentes práticas discriminatórias racistas, promovidas pelo Estado de maneira direta ou indireta, explícita ou sutil. Revela-se através do isolamento de grupos negros em bairros, nos quais a exposição e convivência com as drogas se dá precocemente, devastando a tessitura social. Reafirma-se na ausência de empregos e de boas escolas, na exclusão de personagens negros ou reprodução de representações negativas desses na educação, por exemplo, além de propagandas, novelas, revistas que seguem retratando grupos negros em condição de inferioridade por meio de representações preconceituosas (GOMES, 2005).

Caldwell (2007) aponta para a complexidade da construção da subjetividade de pessoas negras, tendo em vista as tensões sociais, representacionais e imagéticas existentes. Em pesquisa realizada, as entrevistadas expressaram como algo marcante em suas histórias de vida a falta de representatividade positivada de pessoas negras durante a infância, o que pode ser relacionado desde as bonecas e

³ DIOP, Cheikh Anta. *Conversa com Carlos Moore*. Dacar, Senegal, jul. 1975. Reconhece-se aqui a imensa dívida intelectual que se tem para com o Professor Cheikh Anta Diop, falecido em 1986. Sem suas orientações e generosa iluminação, não se teria chegado tão cedo às conclusões expostas na obra “Racismo e Sociedade: Novas Bases Epistemológicas para Entender o Racismo” (MOORE, 2007) e sintetizadas neste ensaio.

brinquedos, até os desenhos animados na televisão, as imagens nas revistas, novelas, na própria história aprendida na escola.

Em uma cultura de dominação e anti-intimidade, devemos lutar diariamente por permanecer em contato com nós mesmos e com os nossos corpos, uns com os outros. Especialmente as mulheres negras e os homens negros, já que são nossos corpos os que frequentemente são desmerecidos, menosprezados, humilhados e mutilados em uma ideologia que aliena. Celebrando os nossos corpos, participamos de uma luta libertadora que libera a mente e o coração (HOOKS, 2005, p. 8).

Com relação à associação entre raça e saúde, a realidade é muito concreta, corroborada por pesquisas nacionais que atestam desigualdades sofridas pelos negros e negras em relação a desfechos de saúde.

A prevalência de doenças crônicas autorreferidas foi significativamente maior nas pessoas negras quando comparadas às brancas (BARROS et al., 2006).

Indivíduos da raça negra também compõem o grupo predominante de casos de violência notificados pelos serviços públicos de emergência no Brasil. Enquanto em brancos a população atendida por violência foi de 26,2%, em negros este percentual foi de 69,7% (MASCARENHAS et al., 2009). Cenário desfavorável para a raça negra também é observado para mortalidade materna cuja razão de mortalidade materna foi sete vezes maior quando as negras foram comparadas às brancas (BRASIL, 2010; MORSE et al., 2011).

A saúde é apenas uma face desta dura realidade. Se nos dermos ao trabalho de analisar o racismo na perspectiva de diferentes contextos e espaços sociais, teremos a real dimensão do seu papel devastador.

REFERÊNCIAS

- BARROS, Marilisa B.A. et al. Desigualdades sociais na prevalência de doenças crônicas no Brasil, PNAD-2003. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 4, p. 911-926, 2006.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. *Política nacional de atenção integral à saúde da mulher: princípios e diretrizes*. Brasília, 2010. (Série B. Textos Básicos de Saúde). Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/ultimas_noticias/2007/politica_mulher.pdf>. Acesso em: 13 set. 2015.
- CALDWELL, Kia Lilly. "Look at her hair". The body politics of black womanhood. In: CALDWELL, Kia Lilly. *Negras in Brazil: re-envisioning black women, citizenship, and the politics of identity*. Nova Jérsei: Rutgers University, 2007. p. 81-106.
- GOMES, Nilma L. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. *Educação anti-racista: caminhos abertos pela lei Federal nº10.639/03*. Brasília, 2005. (Coleção Educação para Todos). p. 39-62.
- HOOKS, Bell. Alisando os nossos cabelos. *Revista Gazeta de Cuba – Unión de escritores y Artistas de Cuba*, p. 8, jan./fev. 2005. Tradução do espanhol: Lia Maria dos Santos. Retirado do blog coletivomarias. Disponível em: <<http://www.criola.org.br/mais/bell%20hooks%20-%20Alisando%20nosso%20cabelo.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2015.
- MASCARENHAS, Márcio D.M. et al. Perfil epidemiológico dos atendimentos de emergência por violência no Sistema de Serviços Sentinelas de Vigilância de Violências e Acidentes (Viva) – Brasil, 2006. *Epidemiol. Serv. Saúde*, Brasília, v. 18, n. 1, p. 17-28, 2009. Disponível em: <http://scielo.iec.pa.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742009000100003&lng=pt>. <http://dx.doi.org/10.5123/S1679-49742009000100003> <http://dx.doi.org/10.5123/S1679-49742009000100003>>. Acesso em: 16 set. 2015
- MOORE, Carlos. *Racismo e sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.
- MORSE, Marcia L. et al. Mortalidade materna no Brasil: o que mostra a produção científica nos últimos 30 anos? *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 4, p. 623-638, abr. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2011000400002>. Acesso em: 16 jan. 2012.